

Estudantes portugueses e contos infantis: para uma crítica cultural à teoria do parentesco

Mary Bouquet, *Reclaiming English Kinship. Portuguese Refractions of British Kinship Theory*, Manchester, Manchester University Press, 1993.

1. Em *Reclaiming English Kinship* Mary Bouquet elabora uma análise reflexiva extremamente útil e interessante sobre a teoria do parentesco produzida pela antropologia social britânica. Útil porque questiona algo que é frequentemente assumido como teoria e metodologia universalmente válidas para a produção de conhecimento sobre as sociedades humanas, e interessante porque o faz de uma forma cuidada, original e estimulante, dando conta constantemente da forma como a sua experiência pessoal afectou os caminhos da sua reflexão teórica.

A proposta do presente livro resulta do facto de, no decorrer da sua experiência de ensino de antropologia em Portugal, a autora se ter dado conta de que, ao ler em português os clássicos da antropologia social britânica, surgia uma série de ideias neles implícitas que, por fazerem parte do sistema cultural britânico, tornavam difícil a sua imediata compreensão por parte dos seus alunos portugueses e conduziam a discussão para contextos que os ingleses não esperariam. Este facto tornou-se particularmente evidente nas dificuldades que, segundo a autora, os seus alunos sentiam em elaborar trabalhos empíricos sobre a importância das relações de parentesco com base na utilização do método genealógico. As «refracções» das ideias inglesas que ocorriam no contexto académico português levaram-na a fazer uma revisão dos conceitos fundamentais da teoria antropológica britânica sobre o parentesco, procurando identificar os conceitos culturais em redor dos quais esta se constrói e as consequentes implicações práticas, políticas e teóricas da exportação dos clássicos ingleses para as academias internacionais. Para alcançar este objectivo a autora analisa as incompatibilidades entre a importância e significado das relações de parentesco em Portugal e o modelo interpretativo inglês. Ao fazê-lo, produz uma das mais sérias desconstruções do discurso antropológico britânico sobre este tema e abre, simultaneamente, uma porta de entrada para o estudo dos significados implícitos do sistema de parentesco português.

A originalidade de *Reclaiming English Kinship* parece-me ser inseparável da natureza reflexiva que o caracteriza e que se manifesta em duas dimensões: (*i*) na avaliação que faz do seu trabalho como docente do ISCTE — na qual procura detectar as causas de incomunicação entre professor (inglês a ensinar paradigmas e métodos produzidos pela comunidade científica da sua própria sociedade) e alunos (portugueses a aprender metodologias e modelos explicativos produzidos no estrangeiro); (*ii*) como especialista do parentesco — na qual pretende identificar o que há de cultural numa produção científica que se reivindica de aplicação universal e compreender os modelos culturais portugueses que não se deixavam ler à luz dos modelos teóricos que ensinava¹.

2. A discussão sobre a base cultural dos conceitos teóricos centrais produzidos pela antropologia social britânica parece-me ser uma das questões mais interessantes levantadas neste livro. Para Mary Bouquet toda a reflexão da antropologia britânica sobre o parentesco é caracterizada por uma «obsessão pela genealogia», resultado de noções *folk* da classe média inglesa sobre o parentesco, para quem o *pedigree* assume uma importância fundamental. A especificidade da teoria do parentesco da antropologia social britânica decorre, na sua opinião, da transformação da noção cultural de *pedigree* numa metodologia científica (*ibid.*, 21). Para o demonstrar elabora uma revisão crítica, detalhada e inovadora (mas, a meu ver, excessivamente longa para o público especializado a que o presente livro se dirige) sobre a utilização do método genealógico pelas tradições britânica e francesa da antropologia. Desse exercício conclui que o método genealógico (tal como ele é concebido e utilizado pela antropologia social britânica) é uma teoria que revela uma forma ideal de conceber as relações de parentesco, uma linguagem sobre as relações sociais e não um inocente método de recolha de informação. E é, precisamente, o facto de este método se enraizar em conceitos culturais que permite a reprodução da ilusão de que é simplesmente uma técnica de recolha de informação objectiva e neutra, utilizável, portanto, em qualquer sociedade do mundo. Esta ideia contribui para abalar o mito de que a teoria é algo de exclusivamente científico e isento, ao mostrar a importância que os valores culturais têm na sua construção e ao chamar a nossa atenção para a necessidade de pensarmos cada contexto social a partir dos seus próprios valores e de termos prudência na aplicação de métodos aparentemente universais. É curioso que só depois de viver e ensinar em Portugal, e já a viver na Holanda, Mary Bouquet tenha conseguido o distanciamento suficiente em relação a este material para produzir sobre ele esta nova leitura, tão diferente e tão mais estimulante do que aquela que então nos

¹ A leitura que fiz deste livro é também resultado da articulação entre a minha experiência pessoal (na medida em que, tendo sido sua aluna, faço parte dos seus «objectos de estudo», tenho neste momento a meu cargo a docência da disciplina que a autora assegurou enquanto docente do ISCTE e realizo com os alunos um trabalho prático semelhante ao que, quando aluna, fiz para a Mary Bouquet e que ela utiliza como material etnográfico de base para o argumento do presente livro) e do meu interesse profissional (tenho conduzido a minha própria investigação no âmbito das relações familiares em Portugal).

ensinou. O que me parece interessante neste livro é a forma, infelizmente pouco comum, como Mary Bouquet leva a sério este desafio ao modelo inglês para o questionar como modelo cultural e demonstrar os limites da sua utilidade enquanto instrumento para produzir conhecimento sobre outras culturas, uma vez que o método genealógico produz conhecimento com base em ideias indígenas sobre o parentesco.

Partindo da ideia de que «o mundo dos conceitos não se limita aos objectos do discurso explicitamente antropológico [pois ele] refere-se a um corpo de significados partilhados que ultrapassa as realidades de referência explícita» (*ibid.*, 5), a autora elege a literatura infantil inglesa contemporânea à construção do método genealógico como «local» de procura dos conteúdos culturais implícitos na teoria antropológica. Na sua opinião, esses textos constituem uma fonte etnográfica privilegiada para compreendermos o pensamento intelectual da classe média inglesa contemporânea a Rivers, pois é, em grande medida, através deles que se garante a interiorização dos valores culturais desse grupo social. E, mais do que isso, o êxito dos contos de Beatrix Potter (que toma como referência) e a sua transmissão até às gerações actuais permitem que, ainda hoje, se encontrem bem presentes na sociedade inglesa os conceitos culturais que veiculam, garantindo, assim, a reprodução do sentido da obsessão pelo *pedigree*. Através desta análise, a autora mostra-nos que a narrativa infantil inglesa dos princípios do século XX e o método genealógico têm em comum uma mesma noção de pessoa (baseada nos conceitos de indivíduo e papel) e uma mesma maneira de arrumar o mundo dos outros (do homem primitivo e da natureza): ambos usam as ideias de *pedigree*, de conhecer e recordar os antepassados, tanto para promover a transformação dos animais em pessoas como para os primitivos adquirirem sociedade (*ibid.*, 206).

3. É através de uma reflexão sobre o caso português que Bouquet se propõe demonstrar a inoperacionalidade explicativa do método genealógico (leia-se teoria britânica sobre o parentesco) quando aplicado a sociedades outras. Não devemos, no entanto, ler esta análise como um estudo sobre o parentesco português, pois (apesar de contribuir para ele) ela é, sobretudo, uma tentativa de compreender por que é que os instrumentos de recolha de informação e os modelos explicativos da realidade social com que a autora sempre tinha trabalhado adquiriam um significado diferente quando sujeitos a refracções do contexto cultural português. A forma como Bouquet procura identificar as categorias culturais implícitas ao modelo português de pensar as relações de parentesco (que impedem a sua compreensão através de modelos culturais exógenos) tem um carácter reflexivo, claramente revelado na natureza do material etnográfico que utiliza: um conjunto de recordações, de vivências, de discussões passadas e de uma reanálise dos trabalhos dos cerca de 50 alunos que frequentaram a licenciatura em Antropologia Social do ISCTE entre 1983 e 1987, e não um trabalho de investigação sistemático e direcionado especificamente para uma reflexão sobre o tema.

Num primeiro momento a autora tenta explicar, com base nas diferenças culturais, os problemas que teve em transmitir aos seus alunos portugueses os

conceitos e modelos interpretativos da antropologia social inglesa sobre o parentesco e as dificuldades que eles revelavam em elaborar trabalhos com base no método genealógico, proposto precisamente por revelar as questões teóricas centrais desse modelo. Segundo Bouquet, a proposta de utilizar o método genealógico para elaborar trabalhos sobre as relações de parentesco em Portugal era considerada pelos alunos um exercício culturalmente ofensivo, pois as concepções portuguesas sobre o parentesco são diferentes das inglesas. Correndo o risco de dar continuidade à afirmação de Maurice Bloch sobre o facto de os indígenas nunca estarem de acordo com aquilo que os antropólogos dizem sobre eles, não posso deixar de expressar a minha discordância com a autora. Por um lado, a ideia de que os alunos reagiam mal a determinados conceitos [como, por exemplo, o de corporação (*ibid.*, 130)] e ao próprio tema das relações familiares pelo facto de os identificarem ideológica e politicamente com o Estado Novo (*ibid.*, 141) parece-me incorrecta. De facto, os alunos que frequentaram a licenciatura de Antropologia Social do ISCTE entre 1983 e 1987 eram demasiado jovens na altura da revolução² (9 anos em média), pelo que dificilmente se pode defender que as razões que (n)os levavam a criticar o método eram de natureza política. A nossa reacção, creio, tinha mais a ver com as formas de olhar o outro implícitas nos textos clássicos da antropologia social inglesa, com os modelos teóricos que implícita ou explicitamente defendiam, com o seu excessivo formalismo, com o facto de não revelarem pessoas reais mas sim indivíduos em posições genealógicas e com o desejo de lermos etnografias mais estimulantes³.

Por outro lado, a autora diz-nos que os alunos portugueses têm dificuldade em utilizar o método genealógico por não compreenderem o seu mecanismo lógico, uma vez que este método se constrói sobre um conjunto de noções *folk* inglesas que não têm correspondente português, como é o caso da noção de *pedigree*⁴. Defender esta ideia parece-me extremamente problemático, não ape-

² Tendo iniciado a sua escolaridade no período da chamada «primavera marcelista», estes alunos já tiveram um ensino mais permissivo (posterior à reforma de Veiga Simão) e fizeram todo o ensino secundário e superior num sistema democrático, pelo que a sua consciência social no período anterior a 1974 parece ter pouco peso na construção dos seus valores.

³ Pessoalmente, só há pouco tempo, quando tive de dar aulas sobre esse mesmo modelo teórico, consegui ler esses textos com algum prazer (em virtude talvez de uma mais clara consciência da sua importância histórica na produção antropológica) e não tenho tido problemas da mesma natureza que a Mary Bouquet (provavelmente, porque as questões que tratam apenas me fazem sentido teórico e não cultural). Mas, do ponto de vista dos alunos, a reacção continua a ser a mesma: são, nas suas palavras, «textos chatos, monótonos e teoricamente quadrados».

⁴ Bouquet aponta frequentemente a questão do idioma como uma explicação para as dificuldades de compreensão dos clássicos ingleses. Claro que tem razão nalgumas questões, como sejam as expressões idiomáticas, as metáforas, as referências sócio-culturais. Mas é surpreendente que a autora levante de novo a questão, já tantas vezes discutida e esclarecida, da tradução dos conceitos de *descent* por filiação e *filliation* por descendência (*ibid.*, 116). Este problema existente nos casos apontados pela autora, e que decerto contribuiram para criar alguma confusão conceptual é resultado de más traduções e não da intraducibilidade desses conceitos para português onde eles têm um significado jurídico identico ao inglês. Para uma análise detalhada desta questão, v. João de Pina Cabral, *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, 1992.

nas devido ao facto de, como ela própria reconhece (*ibid.*, 179), todos os estudantes conseguirem sem grandes dificuldades construir as genealogias das famílias que estudavam e de a elaboração de árvores genealógicas ser uma prática antiga e recorrente no contexto de determinados grupos sociais portugueses, mas, e fundamentalmente, porque a recolha de genealogias se tem revelado uma forma extremamente profícua de recolher informação fundamental para quem investiga em Portugal. Um bom exemplo disto é, precisamente, a frequência com que os trabalhos dos alunos chamam a nossa atenção para questões de grande importância para a compreensão das relações familiares em Portugal.

A questão que se discute não pode ser, portanto, a possibilidade, ou não, de compilar genealogias em Portugal, como a própria autora acaba por referir (*ibid.*, 178), mas sim a utilidade de aplicar numa sociedade metodologias e modelos explicativos construídos com base em questões culturais exógenas. Neste sentido, Bouquet defende, com grande pertinência, que, se as relações de parentesco inglesas e portuguesas se baseiam em conteúdos culturais distintos, então não se pode aplicar um modelo interpretativo construído com base em noções britânicas para compreender o sistema português. Mas, apesar disto, parece-me importante não esquecer que também em Portugal as relações genealógicas estabelecidas entre os indivíduos constituem, a um determinado nível, uma forma de pensar e organizar as relações de parentesco. Se Bouquet tem razão em afirmar que «recolher genealogias como forma de reproduzir um modelo português de parentesco vai contra o significado português dessa área de conhecimento e de discurso» (*ibid.*, 179) e que é absolutamente necessário identificar o processo português de produção de conhecimento sobre o parentesco, por outro lado, não podemos deixar de salientar a utilidade da utilização de genealogias em determinadas fases de recolha de informação em Portugal, o que não implica analisá-la à luz de modelos teóricos culturalmente construídos.

Para comprovar esta ideia a autora elabora uma análise sobre algumas noções culturais portuguesas que lhe parecem estar na origem da incomunicação entre professor e alunos, propondo uma caracterização cultural do que é ser português, baseada numa definição da noção portuguesa de pessoa. Esta dimensão da abordagem que faz à realidade portuguesa parece-me bem mais interessante e convincente. No sentido de mostrar a forma como as noções portuguesas de pessoa, de *self*, e as expectativas sobre a forma de relacionamento entre parentes são distintas das inglesas, Bouquet apresenta-nos uma atraente minietnografia do quotidiano português, baseada em formas de interacção, em temas recorrentes de conversa, em formas verbais utilizadas, em atitudes corporais, na transmissão de nomes de família e na atribuição de nomes próprios. Apesar de partir de um texto tão problemático como o de Jorge Dias sobre «os elementos do carácter nacional português», a autora propõe uma definição muito interessante da noção portuguesa de pessoa — condicionada, no seu entender, por noções como saudade, simpatia, comportamento e conversa. É particularmente interessante a forma como analisa a conversa (nos seus aspectos verbais e não verbais) enquanto elemento cultural português onde se revelam as constantes referências que as pessoas

fazem umas às outras, incluindo constantemente o outro «no campo magnético do *self*» (*ibid.*, 171). Desta análise a autora conclui que para os portugueses não existe o indivíduo isolável, pelo que o parentesco não pode ser considerado apenas como a identificação e conhecimento daqueles com quem estamos relacionados, ele é também a relação que eles estabelecem através da conversa e a forma como se relacionam através de categorias comuns. Não faz sentido, portanto, usar no contexto português a lógica subjacente à construção de um mapa genealógico, pois esta concebe o parentesco como um sistema de relações onde o ego genealógico é uma abstracção, uma posição, e não uma pessoa. Com isto, Bouquet mostra-nos que a natureza da conversa portuguesa e a do método importado para recolher informações sobre o parentesco revelam formas contraditórias de estabelecer o diálogo numa e noutra sociedade, pois partem de duas imagens distintas de *relatedness* pelo que não faz sentido utilizar o método genealógico e toda a teoria que o suporta para compreender as relações de parentesco portuguesas.

4. O trabalho de reavaliação dos conceitos e metodologias fundamentais da antropologia social britânica levado a cabo por Mary Bouquet no presente livro tem um papel bastante importante no seio de uma comunidade académica que ela própria caracteriza como «arrogante», precisamente em resultado de o seu idioma dominar o discurso antropológico internacional (*ibid.*, 227). Aliás, este livro reveste-se, na minha opinião, de muito mais interesse para o público britânico do que português, pois é no seio do primeiro que este trabalho «pedagógico» de revisão de conceitos fundamentais do discurso antropológico me parece mais necessário. De facto, creio que, sendo este corpo teórico uma produção exógena à comunidade científica portuguesa, esta sempre o utilizou de uma forma adaptada, pois não partilhava os seus conteúdos culturais implícitos.

Ao mostrar a importância que o parentesco assume em determinados contextos sociais ingleses, e que a literatura antropológica tem procurado negar em defesa do carácter individualista da pessoa britânica, Mary Bouquet reivindica (*reclaims*), de facto, as bases para uma reflexão séria sobre as relações de parentesco em Inglaterra. Esperemos que a comunidade antropológica britânica leve a sério esta chamada de atenção e dê continuidade a este projecto.

Reclaiming English Kinship é um exemplo claro da utilidade daquilo que é frequentemente definido como a característica mais específica do olhar antropológico: o confronto de culturas. De facto, foi em Portugal, confrontada com modelos portugueses e com diferentes formas de pensar os seus modelos ingleses, que Mary se questionou sobre estes. Mas foi na Holanda que ela percebeu muitas das coisas interessantes que nos diz sobre Portugal. E foi mais tarde, com o seu filho, que, ao reentrar no mundo da literatura infantil, viu o que nele havia de comum com o discurso científico sobre o outro.